

Governos entram em nova era de colaboração para as alterações climáticas

16 de Maio, 2016

Na abertura da Conferência sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas em Bona, que começa hoje e termina no próximo dia 26 de maio, a representante das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, Christiana Figueres (na foto), sublinhou que após a conclusão do histórico Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas o ano passado, os Governos estão finalmente a superar a fase das negociações e a entrar numa nova era de colaboração.

Este encontro acontece algumas semanas depois de 176 países e a UE terem assinado o histórico Acordo de Paris desenhado em França em 2015, e é um evento de planeamento fundamental para a Conferência sobre Alterações Climáticas que terá lugar em Marraquexe em novembro deste ano.

“Com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abrimos portas a oportunidade de cumprir o desafio das alterações climáticas cumprindo a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, frisou.

Por sua vez, Ségolène Royal, ministra francesa do Ambiente e presidente do COP21, disse que a data de 12 de dezembro de 2015 (o último dia da conferência de Paris, quando o acordo ficou concluído) mostrou ao mundo que a comunidade internacional é capaz de se unir para responder ao desafio global do clima e envolver-se no caminho do desenvolvimento sustentável.

“Desde a conclusão do Acordo de Paris, a nossa prioridade é crescer a partir dos compromissos ambiciosos, equilibrados e justos que foram atingidos em dezembro, para reforçar a ação no terreno. As bases foram estabelecidas, e agora cabe-nos a nós construir a nossa casa comum. Apelo a que sejam construtores e facilitadores”, disse a ministra.

Por fim, Salaheddine Mezouar, futuro presidente da Conferência sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas em Marraquexe (COP22) e ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, delineou os principais objetivos do encontro deste mês de novembro.

“A nossa ambição para o COP22 é contribuir para a adoção de procedimentos e mecanismos que permitam que o Acordo de Paris seja operacionalizado, e a adoção de um plano de ação para o período pré-2020, abrangendo a mitigação, adaptação e finanças e intensificando a capacidade de construção, da transferência de tecnologia e a transparência”, afirmou.